



POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DA MAMBO TECNOLOGIA S.A.

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados ("Política"), visa garantir o tratamento de dados pessoais por meio dos processos adequados à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD") e é aplicável a todos que, de alguma forma, realizam tratamento de dados pessoais em nome da **MAMBO TECNOLOGIA S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 24.406.178/0001-03 ("Sociedade"), seja na posição de colaborador, parceiro comercial, fornecedor, representante, prestador de serviços, entre outras funções que possuam acesso a serviços, informações, sistemas e recursos ("Colaboradores").

1. OBJETIVO

1.1. Objetivo. Esta Política tem como objetivo estabelecer diretrizes claras para o tratamento de dados pessoais dentro da Sociedade, garantindo conformidade com a legislação vigente, em especial a LGPD, e promovendo segurança, transparência e responsabilidade no manuseio dos dados pessoais.

1.2. Tratamento de Dados. Para fins desta Política, "*tratamento de dados*" significa qualquer operação realizada com dados pessoais, abrangendo a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, ocorridas tanto em ambientes físicos quanto digitais.

1.3. Dados Pessoais. Para fins desta Política, "*dados pessoais*" significa quaisquer informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável. Isso inclui, mas não se limita a, nome, CPF, endereço, e-mail, número de telefone, data de nascimento, informações de localização, dados de acesso (como IP e registros de navegação), identificadores eletrônicos, dados de pagamento, bem como qualquer outra informação que, isoladamente ou em conjunto com outras, permita identificar direta ou indiretamente um indivíduo.

2. PRINCÍPIOS DA LGPD

2.1. Princípios. O tratamento de dados pessoais na Sociedade deve observar os seguintes princípios:

2.1.1. **Finalidade:** Todo e qualquer tratamento de dados pessoais efetuados pela Sociedade e por seus colaboradores deverá contar com finalidade legítima, específica e amparada em pelo menos uma das hipóteses legais previstas na LGPD, sendo que nenhum dado pessoal deverá ser tratado para finalidade diversa daquela informada ao seu titular.

2.1.2. **Necessidade e Adequação:** a coleta e uso de dados devem ser minimizados ao essencial para execução das atividades da Sociedade.

2.1.3. **Transparência:** o titular dos dados deve ser informado de forma clara, precisa e acessível sobre a coleta, uso, armazenamento e descarte dos seus dados pessoais.

2.1.4. **Segurança e Prevenção:** a Sociedade deve utilizar medidas técnicas e administrativas qualificadas e adequadas para proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos e incidentes, bem como adotar as medidas necessárias para prevenir a ocorrência de incidentes de segurança no tratamento de dados pessoais.

2.1.5. **Livre Acesso:** o titular dos dados tratados pela Sociedade, deve ter, de forma facilitada e gratuita, acesso a informações sobre o tratamento de seus dados, tal como forma de utilização e período de retenção, bem como o direito a corrigir a integralidade de seus dados pessoais caso necessário.

2.1.6. **Não discriminação:** o tratamento de dados não poderá ser utilizado para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos.

3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA SOCIEDADE

3.1. A Sociedade coleta e trata dados pessoais de Colaboradores com base nas hipóteses de tratamento de dados pessoais previstas no art. 7º da LGPD, incluindo, conforme aplicável, para processos de admissão e desligamento, gestão de folha de pagamento, benefícios, treinamentos, atividades relacionadas à gestão de recursos humanos, gestão e execução de contratos, atendimento, suporte e relacionamento comercial, interesses legítimos da Sociedade ou de terceiros e para exercício de suas atividades em geral bem como para garantir a segurança física e digital dos ambientes da empresa, incluindo o uso de sistemas de videomonitoramento e controle de acesso, viabilizar a comunicação institucional e a disseminação de informações internas, gerenciar ativos da empresa, como equipamentos, ferramentas de trabalho e sistemas corporativos, proteger o crédito da Sociedade, inclusive mediante a consulta a bancos



de dados de inadimplência e análise de risco financeiro, quando aplicável, assegurar o cumprimento de normas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, regulatórias e demais obrigações legais ou contratuais, permitir o exercício regular de direitos em processos administrativos, arbitrais ou judiciais.

3.2. A Sociedade e os Colaboradores somente poderão utilizar os dados pessoais coletados para as finalidades legítimas, conforme descrito nesta Política. O tratamento de dados será limitado ao mínimo necessário para a realização dessas finalidades, sendo vedado o uso para propósitos incompatíveis, ilícitos ou diversos daqueles que motivaram sua coleta, salvo nos casos autorizados por lei ou mediante novo consentimento do titular.

4. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

4.1. A coleta de dados sensíveis, tais como, mas não se limitando a, informações sobre saúde, origem étnica ou biometria, só serão tratados mediante consentimento expresso do titular ou nos casos autorizados pela LGPD.

4.1.1. Qualquer dado pessoal sensível que sejam coletados pela Sociedade deverá ser tratado de acordo com o artigo 11º da LGPD, dentro das seguintes hipóteses:

- (i) consentimento expresso do titular ou de seu responsável;
- (ii) cumprimento de obrigação regulatória pela Sociedade;
- (iii) exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- (iv) proteção da vida ou da incolumidade física dos titulares ou terceiros; e
- (v) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no artigo 9º da LGPD e exceto no caso de prevalecerem os direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

5. DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

5.1. O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes deverá observar o melhor interesse destes, de modo a beneficiá-los, ainda que de maneira indireta.



Assim, para garantir a conformidade com a LGPD, bem como a legislação regulamentadora, a Sociedade tratará os dados pessoais de crianças e adolescentes nas seguintes hipóteses:

- (i) quando houver consentimento de pais e responsáveis legais do titular;
- (ii) para cumprir obrigação legal ou regulatória;
- (iii) para salvaguardar a vida; e
- (iv) quando houver um interesse legítimo da Sociedade para o tratamento de dados pessoais, observados o melhor interesse da criança e do adolescente.

6. ARMAZENAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS

6.1. Os dados pessoais serão armazenados pelo tempo necessário para cumprir a Finalidade ou conforme exigido pela LGPD.

6.2. A Sociedade adota as seguintes medidas de segurança para a proteção dos dados pessoais armazenados:

- (i) controle de acessos aos dados pessoais, restrito apenas para pessoas autorizadas e autenticação para prevenção de acessos não autorizados;
- (ii) utilização de ferramentas de segurança para detectar e mitigar ameaças cibernéticas;
- (iii) realização constante de backups para garantir a recuperação de dados em caso de falhas; e
- (iv) treinamento das pessoas autorizadas ao tratamento de dados, sobre boas práticas da segurança da informação.

6.3. Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a Sociedade se compromete a adotar as providências cabíveis para mitigar os impactos, bem como a comunicar, em tempo razoável, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os titulares afetados, nos termos da legislação aplicável.

7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

7.1. A Sociedade poderá compartilhar dados pessoais com terceiros nas hipóteses permitidas pela legislação aplicável e sempre observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade e segurança. O compartilhamento, conforme o caso, poderá ocorrer com:

- (i) prestadores de serviços contratados para apoiar a execução de atividades operacionais, administrativas, tecnológicas, jurídicas ou de recursos humanos;
- (ii) órgãos governamentais e autoridades competentes, para cumprimento de obrigações legais, regulatórias ou ordens judiciais;
- (iii) instituições financeiras e operadoras de benefícios, para viabilizar pagamentos, concessão de benefícios e demais obrigações contratuais;
- (iv) empresas do mesmo grupo econômico, quando necessário para fins administrativos, operacionais, ou de governança corporativa;
- (v) *Bureaus* de crédito e entidades de proteção ao crédito, quando necessário para análise de risco ou proteção do crédito da Sociedade;
- (vi) auditores, consultores e assessores jurídicos, para fins de cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direitos ou defesa em processos judiciais e administrativos.

7.2. A Sociedade poderá realizar a transferência internacional de dados pessoais quando for necessário para a execução de suas atividades, como no uso de serviços de armazenamento em nuvem, sistemas corporativos ou plataformas de terceiros localizadas fora do território nacional. Nesses casos, a transferência será realizada apenas para países que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na legislação brasileira, ou mediante a adoção de garantias como cláusulas contratuais específicas, instrumentos jurídicos adequados ou com base em uma das hipóteses legais autorizadas pela LGPD.

7.3. Em todos os casos, o compartilhamento será realizado com o compromisso de garantir o mesmo nível de proteção aos dados pessoais exigido por esta Política e pela LGPD, mediante acordos contratuais ou instrumentos legais adequados.

8. ARMAZENAMENTO E PRAZO DE RETENÇÃO

8.1. Os dados pessoais são armazenados pelo tempo necessário para o cumprimento das finalidades informadas, ou conforme exigido por obrigações legais e regulatórias. Ao término do tratamento, os dados poderão ser eliminados, anonimizados ou conservados para fins legais, regulatórios ou judiciais, conforme o caso.

9. DIREITO DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

9.1. A Sociedade observará, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais, os direitos dos titulares de dados pessoais e deverá atender a todas as eventuais requisições de titulares em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do requerimento do titular, ou do recebimento de informações complementares, sempre que houver a necessidade de solicitá-las para o atendimento da demanda.

9.2. Dentre os direitos dos titulares incluem-se, observada a LGPD:

- (i) confirmação da existência do tratamento; acesso aos dados;
- (ii) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- (iii) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários ou excessivos;
- (iv) portabilidade dos dados;
- (v) eliminação dos dados tratados com base no consentimento;
- (vi) informações sobre o compartilhamento com terceiros;
- (vii) revogação do consentimento; e
- (viii) oposição ao tratamento realizado com fundamento em outras bases legais.

10. DPO: ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS



10.1. Em caso de dúvidas, denúncias ao descumprimento ou inobservância de qualquer das diretrizes dispostas nesta Política, o titular poderá entrar em contato por meio do e-mail mambo-lgpd@gsga.com.br.

11. CONDIÇÕES GERAIS

Esta Política de Privacidade poderá ser alterada, atualizada ou revisada a qualquer tempo, a critério da Sociedade, para refletir mudanças na legislação, em práticas internas de tratamento de dados pessoais ou em outros aspectos relevantes.

Sempre que houver alterações materiais, a nova versão será disponibilizada com destaque, e poderá, quando necessário, ser comunicada diretamente aos titulares por meio dos canais habituais de contato.

Recomenda-se a leitura periódica desta Política para que os titulares estejam sempre informados sobre como os seus dados estão sendo tratados.

Data da última atualização: 14 de abril de 2025.